

POLÍTICA

Senadores terão confronto inédito na quinta

Para esclarecer os depoimentos contraditórios, o Conselho de Ética vai fazer uma acareação entre Arruda, ACM e Regina Borges

Anamaria Rossi e Francisco Câmpora
de Brasília

Um confronto sem precedentes será visto esta semana no Senado Federal, e transmitido para todo o País pela televisão. Insatisfeitos com as versões expostas até agora pelos envolvidos no caso da violação do painel eletrônico, os integrantes do Conselho de Ética optaram pelo mais radical dos métodos de esclarecimento: a acareação. Será na próxima quinta-feira, colocando frente a frente um ex-presidente do Congresso Nacional, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA); um ex-líder do governo, o senador José Roberto Arruda (sem partido-DF); e uma ex-diretora do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), Regina Célia Borges.

Os três já prestaram depoimentos ao Conselho de Ética, e apresentaram versões conflitantes para o caso da quebra do sigilo do painel de votação no dia em que foi decidida a cassação de Luiz Estevão, 28 de junho de 2000. Com exceção dos senadores que integram a bancada baiana do PFL — Paulo Souto e Waldéck Ornellas —, os demais integrantes do Conselho apontam graves contradições entre as três versões e consideram que os buracos na reconstituição do caso indicam que ainda há fatos a serem revelados.

Além disso, para a maioria dos senadores, as mentiras já detectadas nos discursos de Arruda e Antonio Carlos, que modificaram suas versões ao sabor dos acontecimentos, são motivo suficiente para justificar a abertura de um processo por quebra de decoro parlamentar.

O exame das contradições tem três eixos principais. No primeiro, os senadores querem saber se Arruda, de fato, procurou Regina na véspera da

cassação de Estevão apenas para consultá-la sobre a possibilidade de violação do painel, como afirma o senador, ou se, mais do que isso, ele lhe fez um pedido, ou lhe deu uma ordem, para que obtivesse a lista de votação. Regina sustentou, em seu depoimento, que ao final do encontro com Arruda despediu-se dizendo: "Estou saindo para tentar cumprir uma ordem".



José Roberto Arruda

O segundo diz respeito à participação, ou não, de Antonio Carlos no processo desde o início. O senador Arruda voltou a afirmar, na sexta-feira, o que já havia dito em plenário — que procurou Regina a pedido de Antonio Carlos, então presidente do Senado, e em nome dele fez a consulta à diretora do Prodasen. Arruda chegou a descrever

detalhes da conversa que teve com Antonio Carlos, no gabinete da presidência, antes de procurar Regina. O baiano teria se referido ao fato de ele ser engenheiro e por isso entender mais de computadores, antes de pedir a Arruda que consultasse Regina, autorizando-o a fazê-lo em seu nome. Na quinta-feira, porém, Antonio Carlos havia negado veementemente qualquer contato com Arruda para tratar desse assunto antes que o então líder do governo o surpreendesse com a lista, no dia seguinte à votação. "Se Arruda usou o meu nome foi indevidamente", disse Antonio Carlos. O esclarecimento desta dúvida é considerado crucial pelos senadores do Conselho para que eles possam determinar se Arruda e ACM receberão a mesma penalidade — advertência, suspensão ou perda de mandato.

E no terceiro eixo que os senadores pretendem explorar durante a acareação é o que vai determinar o

exato conteúdo do telefonema feito por Antonio Carlos a Regina, a pedido de Arruda, minutos depois que o então líder do governo entregou a lista de votos ao presidente do Senado. Regina relatou tratar-se de um telefonema de "agradecimento", afirmação confirmada por Arruda. Antonio Carlos, no entanto, diz ter telefonado para tranquilizá-la e dizer a ela que não se preocupasse, pois não tinha culpa.

Um detalhe aparentemente insignificante é considerado essencial, pelos senadores, para esclarecer se Antonio Carlos sabia que Arruda havia feito a consulta — ou pedido a lista — à diretora, antes mesmo de receber o documento. A comprovação da participação de ACM no momento inicial do processo o colocaria em situação de igualdade com Arruda quanto à pena a ser aplicada pelo Conselho.

Na sexta-feira, nas oito horas em que depôs no Conselho, Arruda sustentou a versão inicialmente apresentada em plenário quando confessou sua participação no episódio. Acabou reforçando a tese de Antonio Carlos de que o senador baiano não ordenou a violação do painel, apenas pediu uma consulta sobre a possibilidade de se conhecer o resultado da votação.

Nesse ponto, porém, Arruda trouxe duas novas contradições ao processo. Segundo ele, ao receber a lista de votação, ele e Antonio Carlos a tomaram como uma prova da segurança do equipamento. O relator do processo, Saturnino Braga (PSB-RJ), e o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), entre outros, chamaram a atenção para o fato: como poderia ser a prova da segurança do equipamento uma lista que era resultado de sua violação? "Era a prova da vulnerabilidade do painel", disse Alcântara.

Outra lacuna apontada pelos senadores na versão de Arruda diz respeito ao telefonema que Regina prometeu lhe fazer para dar a resposta sobre a consulta. "Ela não me ligou, e eu

As principais contradições*

Entre Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda

De quem foi a iniciativa? Arruda reafirmou na sexta-feira que recebeu de Antonio Carlos a incumbência de consultar Regina Borges sobre a possibilidade de violação do painel. Antonio Carlos nega veementemente que tenha tratado desse assunto até o momento em que recebeu a lista de votação das mãos de Arruda. Os senadores querem saber se houve ou não envolvimento de Antonio Carlos no início do processo de violação do painel.

Entre Arruda e Regina Borges

Consulta, pedido ou ordem? Arruda mantém-se firme na versão de que apenas consultou a diretora do Prodasen sobre a possibilidade de violar o painel de votação, e que a lista foi resultado da precipitação dela. Regina Borges deixou claro em seu depoimento, e pretende confirmar na acareação, que saiu do encontro com Arruda, na véspera da sessão que cassou Luiz Estevão, para "tentar cumprir uma ordem".

Entre Antonio Carlos e Regina Borges

Agradecimento ou consolo? Regina afirmou categoricamente em seu depoimento que o telefonema recebido do senador Antonio Carlos, quando este recebeu a lista de votação das mãos de Arruda, foi para agradecê-la pela lista. Antonio Carlos nega e diz que ligou apenas para tranquilizá-la, dizendo que ela não tinha "culpa". O conteúdo do telefonema é fundamental para os senadores formarem juízo sobre o envolvimento de ACM desde o início do processo.

*De acordo com o relator do processo no Conselho de Ética do Senado, senador Saturnino Braga (PSB-RJ)

não me lembrei de cobrá-la", disse Arruda. No entanto, durante o depoimento do senador, Regina ligou para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pedindo que ele informasse ao Conselho que ela havia esclarecido sua dúvida sobre o retorno ao constatar, em sua conta telefônica, o registro da

ligação feita na manhã de 28 de junho, às 10h05, para o celular de Arruda. "Não me lembro de ter atendido", disse o senador.

A exemplo do depoimento de Antonio Carlos, na véspera, o de Arruda, na sexta-feira, não convenceu os senadores do Conselho. Lúcio Al-

cântara chegou a aconselhar o ex-tucano: "Fique certo de que só o encontro com a verdade liberta, mesmo que tardiamente, mesmo que em processo de aproximação sucessiva. O senhor vai se sentir melhor, mais seguro, se disser a verdade". Para o senador cearense, há elementos suficientes para a abertura de processo por quebra de decoro. "Custa crer que uma funcionária qualificada como a doutora Regina pudesse se lançar numa ação ousada e arriscada como esta sem receber uma determinação mais clara", disse.

É grande a expectativa em torno da acareação. Há senadores preocupados com o desequilíbrio que pode haver entre os três, já que a funcionária pode sentir-se acuada diante de dois senadores, um deles ex-presidente da Casa. "A funcionária está em situação mais frágil, mas acredito que não se deixará intimidar, porque já afirmou sua disposição de enfrentar os fatos", disse Saturnino Braga.

Para o líder da oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), Regina contará com o apoio dos membros do Conselho. "O equilíbrio se dará porque há certa convicção entre os senadores de que a versão de que Regina foi apenas consultada, e não recebeu um pedido ou uma ordem, não faz nenhum sentido. O respaldo dela será o próprio Conselho de Ética."